

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

José Amadeu da Silva Filho ¹
Maria Lenúcia de Moura ²

RESUMO:

O trabalho aqui desenvolvido, intitulado “Educação Especial: Uma Análise do Processo de Inclusão dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Escola de Ensino Regular” foi elaborado sob a orientação da Prof. Ms. Lenúcia Moura. Sendo que o mesmo tem grande relevância, pois ira refletir sobre a inclusão desses alunos nas escolas de ensino regular. O artigo objetivou fazer uma retrospectiva histórica sobre a educação especial, caracterizar a educação inclusiva demonstrar quais os benefícios que a mesma proporciona as pessoas com necessidades educacionais especiais inclusas nas escolas regulares. O artigo desenvolvido utilizou como referencial teórico os pressupostos da SEDUC (1997) e os pensamentos de autores como: Mazzotta (1996), Montoan (2003) Gotti (1998), Stainback (1999) e Souza (1997), estando inclusa na pesquisa bibliográfica sendo esta uma das modalidades de pesquisas importantes ao objeto ora estudado. Sendo que nos últimos tempos esse tema sendo cada vez mais discutido nos congressos, plenárias e eventos que discutem educação. Porém reconhecemos que a inclusão escolar não é um processo rápido, automático e sim um processo lento e gradativo podendo levar tempos para que todas ou quase todas as pessoas que tenham alguma necessidade educacional especial sejam totalmente incluídas nas escolas regulares. A realização deste artigo mim possibilitou concluir que, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de ensino regular, torna-se um grande beneficio para todos os que estão ali, principalmente para os estudantes sem deficiência, pois a grande maioria descobre ter a capacidade de praticar atos solidários e cooperativos desde cedo, o que os tornam mais compreensivos, tolerante e mais confiante nas relações com os outros.

Palavras-Chave: Educação Especial, Sala regulares, Inclusão e Benefícios.

-
1. Aluno do 7º semestre do Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC / Universidade Estadual do Ceará – UECE.
 2. Mestre em Educação Brasileira - Professora Assistente da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central- FECLES.

1.0 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as pessoas com necessidades educativas especiais eram mantidas completamente excluídas, não apenas no ambiente escolar, mas também pela sociedade e pela própria família. Sendo que essas pessoas portadoras de alguma necessidade especial sempre encontraram muita dificuldade em se inserirem no contexto social ao qual faziam parte, e isso se devia principalmente ao preconceito das pessoas e por não estarem encaixados nos padrões estabelecidos pela sociedade. Há tempos atrás pessoas que tivessem qualquer tipo de necessidades especiais eram tratados como doentes, anormais.

A inclusão a qual tanto nos referimos no contexto, mas não é nada inclusiva, pois, como afirma Ghiraldelli (2009), já não sabemos mais onde e por que queremos incluir tudo e todos. O verdadeiro conceito de inclusão dificilmente é utilizado. O que geralmente ocorre é que a maioria acredita ser ela uma forma de prêmio como, por exemplo, as cotas nas universidades, e com isso os excluídos acabam por se conformar e achar que estão incluídos.

Quando nos referimos à inclusão escolar, estamos nos referindo a pessoas que por direito devem estar em vivência com as demais pessoas, por isso é muito importante estudarmos e compreendermos esse processo de inclusão, principalmente para nos estudantes de pedagogia e futuros pedagogos, que mais tarde poderemos estar exercendo o magistério e trabalhando com alunos que tenham alguma necessidade educativa especial. O estudo sobre a inclusão escolar pode vir a servir de subsídio para demais alunos, não só da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), mas também de outras instituições, que um dia queiram estudar sobre o assunto, e assim construir o seu próprio saber, ficando totalmente conhecedores do processo de inclusão.

Sendo a inclusão um processo incidente na realidade educacional de hoje, faz-se necessário efetivar um estudo mais aprofundado acerca do assunto, já que é uma ânsia de todos os envolvidos no processo de inclusão (professores, alunos, pais, coordenadores, diretor e funcionários) para a conscientização dos mesmos, nessa ação coletiva, pois não basta o empenho de um, necessita-se do empenho de todos que estão ao redor da criança que deve ser incluída.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino tem sido sem dúvida, a questão referente à Educação Especial mais discutida no nosso país nas últimas décadas. Este tema, que por tanto tempo, salvo algumas experiências isoladas, ficou restrito ao debate em congressos e textos da literatura especializada, hoje se torna proposta de

intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal.

A pesquisa aqui desenvolvida utilizou como referencial teórico os pensamentos de autores como Mantoan, Mazzotta, Gotti, Figueredo, Souza, entre outros, estando inclusa na pesquisa bibliográfica sendo esta uma das modalidades de pesquisas importantes ao objeto ora estudado.

2.0 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Para entendermos melhor o processo de educação inclusiva torna-se necessário fazermos uma rápida historicização do mesmo. Para isso usamos as concepções de Mazzotta (1996), que para ele o processo histórico da educação inclusiva no Brasil pode ser dividido em três períodos, sendo que em cada um destes tem suas características e os avanços que permearam essa modalidade da educação.

1º) Período de 1854 a 1956 – iniciativas oficiais e particulares isoladas:

O atendimento escolar especial às pessoas com deficiência teve seu início, no Brasil, no final da década de cinquenta e início da década de sessenta do século XX. Foi em 12 de setembro de 1854, que D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428, fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Em 17 de maio de 1890, Marechal Deodoro da Fonseca, e o Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, assinaram o Decreto nº 408, mudando o nome do Instituto para Instituto Nacional dos Cegos e aprovando seu regulamento.

Mais tarde, em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto nº 1.320, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC). Três anos após a criação do IBC, em 26 de setembro de 1857, D. Pedro II fundou, também no Rio de Janeiro, o Instituto dos Surdos – Mudos.

Em 1957, cem anos após sua fundação, pela lei nº 3.198, de seis de julho, passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com a instalação do IBC e do INES, abriu-se possibilidade de discussão da educação de pessoas com deficiência, no 1º Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo Imperador em dezembro de 1882.

Em 1950, metade do século XX, já havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantido pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais.

Em 1964, foi instalada a primeira unidade assistencial da APAE, o Centro Ocupacional Helena Antipoff. O objetivo deste Centro era proporcionar habilitação profissional a adolescentes deficientes mentais do sexo feminino.

No dia 22 de maio de 1971, a APAE – SP inaugura o Centro de Habilitação de Excepcionais. Este passa a ser, a primeira unidade multidisciplinar integrada para a assistência a deficientes mentais e formação de técnicos especializados na área de deficiência mental.

Nesse primeiro período podemos perceber que ocorreram apenas iniciativas isoladas, mas que contribuíram de maneira significativa para o início da educação dos portadores de necessidades especiais.

2º) Período de 1957 a 1993 – iniciativas oficiais de âmbito nacional:

Já no segundo momento podemos perceber que o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais foi assumido pelo governo federal, com a criação de Campanhas especificamente voltadas para este fim.

A primeira a ser instituída foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B. – pelo Decreto Federal nº 42.728, de três de dezembro de 1957. Instalada no INES, no Rio de Janeiro, tinha por finalidade promover as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o Território Nacional.

Em 1958, pelo Decreto nº 44.236 de 1º de agosto, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada ao IBC, no Rio de Janeiro.

Uma outra campanha foi instituída em 1960, com a influência de movimentos liberados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ambas no Rio de Janeiro. Foi instituída em 23 de setembro de 1960, pelo Decreto nº 48.961, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, a CADEME. (MAZZOTTA,1996).

A educação especial no Brasil, a partir de 1960, tem experimentado crescimento significativo, com características marcantes, o que constituem fatores decisivos para a disseminação de uma concepção de deficiência. A ampliação não só significou o incremento do atendimento aos quadros patológicos incorporados pela educação especial, mas passou a englobar sujeitos cujas dificuldades são decorrentes de processos sociais e de escolarização inadequados.

No final da década de 1970, muitos alunos com deficiência começaram a ser integrados em classes regulares. Até mesmo alunos com deficiências importantes, que não haviam sido atendidos no passado, começaram a receber serviços educacionais nas escolas regulares. Integração escolar é um movimento que visa acabar com a segregação, favorecendo, assim, as interações sociais de estudantes deficientes com estudantes normais.

O processo de integração sofreu uma verdadeira evolução nas últimas décadas. Nos anos 80, esse movimento se intensifica, uma vez que a classe regular é reconhecida como o melhor ambiente pedagógico para o aluno portador de necessidades especiais se desenvolverem. Conseqüentemente a educação especial adquirirá uma nova significação, passando a ser uma modalidade de ensino destinada não apenas aos deficientes, mas uma educação especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes, proporcionando uma educação para todos.

3º) Período de 1990 até os dias atuais:

O terceiro momento percorre dos anos 90 até os dias atuais. No terceiro período surge o conceito de educação inclusiva, com a Declaração de Salamanca, que é um Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação.

O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência.

A inclusão é uma opção que não é incompatível com a integração, mas é um movimento que vem questionar políticas, organização das estruturas escolares regulares e especiais, sendo a meta principal não deixar ninguém no exterior da escola regular. A inclusão tem um caráter de reunir alunos com e sem dificuldades, funcionários, professores, pais, diretores, enfim todas as pessoas envolvidas com a educação. (MANTOAN, 1997).

Em 20 de dezembro de 1996, é sancionada a atual LDB (Lei 9394/96), baseada no princípio no princípio do direito universal à educação para todos. A LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

O artigo 58 da LDB relata: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Atualmente, inclusão trata justamente de aprender a viver com o outro, estar com o outro e cuidar uns dos outros. Ela trata, sim, das diversidades e das diferenças.

A inclusão se torna uma oportunidade e um catalisador para a construção de um sistema democrático melhor e mais humano. (MANTOAN, 1997).

3.0 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais ou portadores de distúrbios de aprendizagem nas escolas de ensino regular em todos os seus graus.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases:

“Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educar os portadores de necessidades especiais” (LDB Art. 58).

A educação inclusiva deve se dar gradativamente, pois esta e o ensino regular precisam se adequar um ao outro e à realidade educacional, oferecendo maior qualidade no ensino de alunos com necessidades especiais ou não, e isso não ocorrerá da noite para o dia. Trata-se de um processo vagaroso, que exige cautela para que ocorra da melhor maneira possível.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos os indivíduos que estão incluídos nesse processo.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, a qual se apresenta numa grande variedade de formas incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com apoio especializado. O ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares. Existe ensino especial em todo o mundo seja em escolas de frequência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola de ensino regular.

Portanto o que se pretende hoje é promover a inclusão, em vez de segregação, pois o processo de inclusão pode contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento social e cognitivo das crianças.

Segundo Mazotta, os educandos com desvio acentuado de ordem física, emocional ou sócio-cultural, para serem adequadamente atendidos, necessitaria de auxílios ou serviços especiais com relação a educação, onde isso partiria do pressuposto que a escola deveria se adequar para atender as necessidades de cada aluno, estando esta apta a, em vez do aluno se adaptar a realidade da escola, esta se adaptar a realidade individual do aluno.

Sobre o tipo de escola que requer a educação inclusiva, FIGUEREDO, comenta:

”A educação inclusiva requer uma escola aberta para todos os alunos, visto que ela propõe inserir na escola todos os excluídos, garantir qualidade na educação, considerar as diferenças e valorizar a diversidade. Ela vai além da posição política, por que resgata uma proposta de recriação da própria vida na escola”. (FIGUEREDO : 2002).

Além da adaptação física da escola para atender as crianças com necessidades especiais, vale ressaltar a relevância do papel desempenhado pelos docentes no processo de inclusão, pois este é quem lida diretamente com os diferentes níveis de desenvolvimento dos alunos. Sobre o docente FIGUEREDO, comenta:

“Que ele seja capaz de realizar reflexão e questionamentos sobre a sua prática, enfatizando o trabalho cooperativo em detrimento da competição, respeitando os diferentes estilos de aprendizagem e, sobretudo, refletindo, planejando e assumindo a educação”.

Quando nos referimos a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em escola de ensino regular, temos de ter ciência de que esta traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entrando assim em um processo de constante dinamismo político social, passando a incluir todos aqueles que um dia se encontravam na roda dos excluídos. Entretanto, a inclusão é um valor social que necessita da interação dinâmica entre educadores, pais, membros da comunidade e alunos, além de haver por parte da escola, enquanto instituição de ensino o interesse de fazer que estes que um dia foram excluídos possam ser incluídos.

Incluir alunos com necessidades educativas especiais é um processo mais complexo do que imaginamos, pois envolve a esfera das relações sociais vividas na escola. No sentido mais profundo incluir vai além do simples ato de inserir, de trazer crianças com necessidades para dentro da escola e sim significa envolver, compreender, participar e aprender.

Nesse congresso determinou-se que todas as pessoas têm direito a educação, independentemente da sua condição social, física, intelectual, seja ela portadora de necessidades educacionais especiais ou não, onde haja uma interação entre as mesmas, que o processo educativo aconteça no mesmo sentido para todos. Diante disso, GOTTI afirma que:

“ A integração é princípio fundamental que rege a educação inclusiva. De acordo com esse princípio, as escolas devem acolher a todas as crianças,

independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais, emocionais, lingüísticas e outras. Esse princípio nos remete a necessidade de que as escolas devem adequar-se a todos os alunos, adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurar um ensino de qualidade”. (GOTTI, 1998:89 e 90).

Nessas perspectivas passou-se a propor uma escolarização única para todos baseado no modelo Norte- Americano de política de Educação Especial, que seria uma educação mais voltada para a inclusão. Sendo que no ano de 1995, foi implantado nos Estados Unidos, de acordo com a lei Pública 94.112 a chamada Educação Inclusiva. Sendo que isso não estava acontecendo apenas nos Estados Unidos, e sim em muitos outros países. Segundo MERCH, o conceito de inclusão é:

“Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças de suas residências, propiciando a ampliação de acesso destes alunos às classes comuns, suporte técnico aos alunos destas classes, percebendo que as crianças portadoras e não portados de necessidades especiais podem aprender juntas, levando os professores a estabelecerem formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência. Propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum”. (MERCH, 200:1).

No contexto social em que estamos inseridos a inclusão é assunto de muita relevância, e vem sendo assunto cada vez mais presente no campo educacional:

“A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido, é um movimento muito polemizado pelos mais diferentes meios educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos a educação e assim diz a constituição”. (MONTAN, 1997).

Mas para que essa inovação (inclusão) aconteça, no entanto, é necessário que haja muitas mudanças nas escolas de todo o país, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. STAINBACK diz que:

“... O ensino inclusivo é prática da inclusão de todos, independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidade dos alunos são satisfeitas”. (STAINBACK. Org. 1999:21).

Para que a inclusão realmente aconteça é de fundamental importância que as escolas se reestruturem, se atualizem e modernizem suas práticas educativas e pedagógicas para assim

poder atender a todos os alunos de acordo com suas deficiências e diferenças, pois todos têm direito as mesmas oportunidades, ou seja, ter uma vida saudável, participativa, dinâmica, produtiva e atuante, independentemente da sua condição física ou intelectual.

De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 os portadores de necessidades educacionais especiais têm seu direito assegurado no que diz respeito a inclusão na escola de ensino regular.

A LDB (9.394/96), em seu Artigo V, afirma que a educação das pessoas com deficiência deve ser oferecida na rede regular de ensino, contribuindo desta forma para uma melhor integração dessas pessoas na sociedade.

Para isso é fundamental:

- Desenvolver currículos, métodos e técnicas e materiais didáticos para alunos com necessidades especiais, incluindo-se ai, também, os suportes;
- Atender, nas classes regulares, os alunos da educação especial;
- Criação de classes específicas, somente quando não for possível a integração desses alunos às classes comuns do ensino regular;
- Promover especialização adequada aos professores de classes especiais e de classes regulares que atenderão, também, alunos com necessidades especiais;
- A educação especial deve cuidar, também, das crianças da faixa do zero aos seis anos;
- Estender a esses alunos todos os benefícios sociais suplementares, adotados para os alunos do ensino regular.

As mudanças aterrorizam as pessoas, pois está presente no ser humano, o medo daquilo que é desconhecido, do inimaginável, é imprescindível a mudança no sistema escolar Brasileiro para que a inclusão seja uma realidade e não uma Utopia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho me possibilitou fazer uma reflexão sobre a educação especial e o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais nas escolas de ensino regular, visando um aprofundamento na área educacional.

Como podemos perceber ao longo da história, a modalidade de educação inclusiva passou por uma série de mudanças. Porém temos de ter consciência que essas mudanças ainda não são suficientes para tornarem o processo de inclusão eficiente.

Precisamos ainda entender que, apesar dos avanços que houve no que se refere à educação inclusiva, ainda há muito a ser feito para um dia chegarmos a condição de termos todas ou quase todas as pessoas que tenham alguma necessidade educacional inseridas nas escolas de ensino regular. Sendo que para esse processo realmente acontecer é necessário a colaboração da escola, do professor, da família e do meio social em que este está inserido.

Decorrente da análise feita sobre o processo de inclusão, concluo que a escola de ensino regular é o melhor ambiente para que os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do convívio com os demais e estes poderão desenvolver suas habilidades e potencialidades, favorecendo um aprendizado mais significativo do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGUEREDO, Rita Vieira de. **Políticas de Inclusão: Escola - Gestão da Aprendizagem na Diversidade.** In Políticas Organizativas e Curriculares, Educação Inclusiva e Formação de Professores. [Org. Dalva E. Gonçalves Rosa, Vanilton Camilo de Souza]; Alfredo Veiga - Neto... [Et AL]. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GOTTI, Marlene. **Integração e Inclusão: Nova Perspectiva sobre a Prática da Educação Especial. Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial.** Londrina: VEL, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Ser ou Estar, eis a Questão: Explicando o Déficit Intelectual.** Rio de Janeiro: WWA, 1997.

_____. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é Educação Inclusiva?**
File://A:/EducaçãoOn.Line_Arquivos/Oqueeh.html,2000.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Como Entender e Aplicar a Nova LDB: lei nº 9.394/96.** Paulo Nathanael Pereira de Souza, Eurídes Brito da Silva – São Paulo: Pioneira, 1997.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William (org.). **Inclusão: uma Guia para Educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.